



QUEBRANDO A BANCA

CESPE/UnB — DISCIPLINAS BÁSICAS

Organizado e escrito por Gabriel Granjeiro

Colaboração técnica:

Wellington Antunes, Rodrigo Cardoso, Elias Santana,
Maurício Fransceschini e Josimar Padilha

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
DIREITO CONSTITUCIONAL	5
DIREITO ADMINISTRATIVO	11
LÍNGUA PORTUGUESA	15
RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO	20
INFORMÁTICA.....	23



Gabriel Granjeiro
Diretor-presidente

Sobre o autor:

Graduado em Administração e Marketing pela Leonardo N. Stern School of Business da New York University, fundador do Gran Cursos Online e da GG Educacional.

Apresentação

Você, da família Gran Cursos Online, pediu e nós atendemos: fizemos o "Quebrando a Banca" sobre os concursos do Cebraspe, mais conhecido como Cespe/UnB. Foi uma série de análises inéditas e bastante úteis sobre o que essa, que é uma das maiores examinadoras do nosso país, cobrou nos principais certames que organizou nos últimos anos. Cada texto publicado abordou uma das seguintes disciplinas básicas: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Língua Portuguesa, Informática e Raciocínio Lógico-Matemático.

Diante da grande aceitação dos artigos, decidimos consolidar o farto material que produzimos para a série em um e-book, que agora lhe oferecemos com o intuito de facilitar a montagem do seu plano de guerra e de preparação para gabaritar os próximos exames do Cebraspe. Nosso objetivo foi deixar as informações em um formato mais agradável e didático para os concursandos.

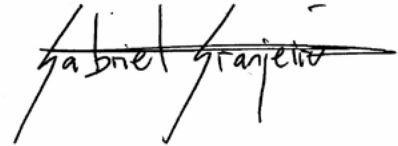
Ressaltamos, contudo, que não é nossa intenção incentivar o concurseiro a deixar de estudar todos os pontos previstos nos editais do Cebraspe. Pretendemos, com esta compilação, apenas orientar você, candidato, a definir, com base em nossas análises estatísticas, como alocar seus esforços na hora de empreender o seu tempo de estudo, muitas vezes tão limitado. Sabemos bem que, em diversos momentos da árdua jornada de preparação para concurso, é necessário avaliar a relação custo/benefício da dedicação a determinados assuntos. Para isso, nada melhor do que conhecer, com base em provas anteriores, o histórico do que as bancas costumam cobrar.

Esperamos que goste deste e-book que preparamos com muito carinho e com muita dedicação.

Bons estudos e GRAN sucesso!

Observação: As análises aqui compiladas não se aplicam a concursos voltados para bacharéis em Direito nem a provas da área fiscal, ainda que o Cebraspe seja a banca organizadora. O conteúdo cobrado nesses certames tende a ser diferente dos analisados por nós na série organizada neste e-book. Outra ressalva digna de nota é que o candidato não deve assumir que as tendências relatadas são passíveis de generalização para todos os

ramos do Direito. Na disciplina Direito Constitucional, por exemplo, o Cebraspe cobra muito a lei seca. Já em Direito Penal, costuma haver um grande número de questões sobre a jurisprudência dos tribunais, mesmo para carreiras não jurídicas.

A handwritten signature in black ink that reads 'Gabriel Granjeiro'.

DIREITO CONSTITUCIONAL

*"Se queres prever o futuro, estuda o passado."
(Confúcio)*



Você pediu, e nós estamos aqui para atendê-lo. Vamos quebrar as bancas examinadoras, começando pela maior e mais importante do país, o Cebraspe, mais conhecido como Cespe/UnB. O que pretendemos com esta série de artigos é munir você que nos acompanha toda semana com dados precisos sobre o que as principais bancas examinadoras brasileiras cobram nos concursos. Para isso, examinamos as provas de alguns dos últimos dos mais disputados concursos públicos para colher números

e estatísticas que pudessem demonstrar o estilo de cada banca examinadora. Em nossas análises, levamos em conta as disciplinas classificadas como "básicas" nos editais. São elas: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Língua Portuguesa, Informática e Raciocínio Lógico.

Neste primeiro artigo da série, tive a valiosa ajuda do meu amigo e nosso professor de Direito Constitucional, Wellington Antunes, também pude contar com o apoio da equipe de colaboradores do **Gran Cursos Online Blog**. Tudo para destrinchar como a temática do Direito Constitucional foi cobrada em provas recentes do Cebraspe. Nas próximas linhas, você finalmente saberá, por exemplo, se o Cespe tem focado mais em "lei seca", ou seja, se têm caído em suas provas mais questões literais sobre a Constituição Federal, ou se a banca mais temida do Brasil prefere avaliar o conhecimento do candidato sobre doutrina e jurisprudência dos tribunais superiores.

Com esta nova série de artigos, amigo concurseiro, estamos nos propondo a lhe oferecer as informações que faltavam para você elaborar o melhor plano de estudos possível para conquistar logo a vaga na carreira pública dos seus sonhos. Sem dúvida será trabalhoso, mas estamos convencidos de que conseguiremos apresentar um retrato fiel de como os conteúdos das disciplinas que mencionamos têm sido explorados pelos examinadores, carrascos dos concurseiros.

“O concurseiro que ignora o estilo de prova e os critérios de correção e de desempate da banca está fadado ao fracasso, que, no nosso contexto, é a reprovação no certame.”

Como você sabe, a maior parte das provas do Cespe são do estilo certo ou errado. Em geral, nesse tipo de prova cada erro anula um acerto, de modo que o chute é uma péssima estratégia, salvo se o candidato tiver alguma convicção em sua avaliação do item. Contudo, em alguns editais o Cespe surpreendeu com a regra de que a cada dois erros o candidato perdia o ponto de um acerto. Também já vimos provas dessa banca com questões de múltipla escolha e sem previsão de punição do candidato que arriscasse julgar um item sem ter certeza sobre a resposta correta. Portanto, dada a variedade de critérios que o Cespe costuma adotar, cabe ao candidato que prestará concurso organizado por essa banca ler no mínimo três vezes o edital, atentando para a regra de correção da prova. A atenção a um detalhe como esse pode fazer toda a diferença. Não é a primeira vez que fazemos essa recomendação neste espaço. O concurseiro que ignora o estilo de prova e os critérios de correção e de desempate da banca está fadado ao fracasso, que, no nosso contexto, é a reprovação no certame.

**ANÁLISE DAS PROVAS DO CEBRASPE/CESPE:
DIREITO CONSTITUCIONAL**

Por: Wellington Antunes



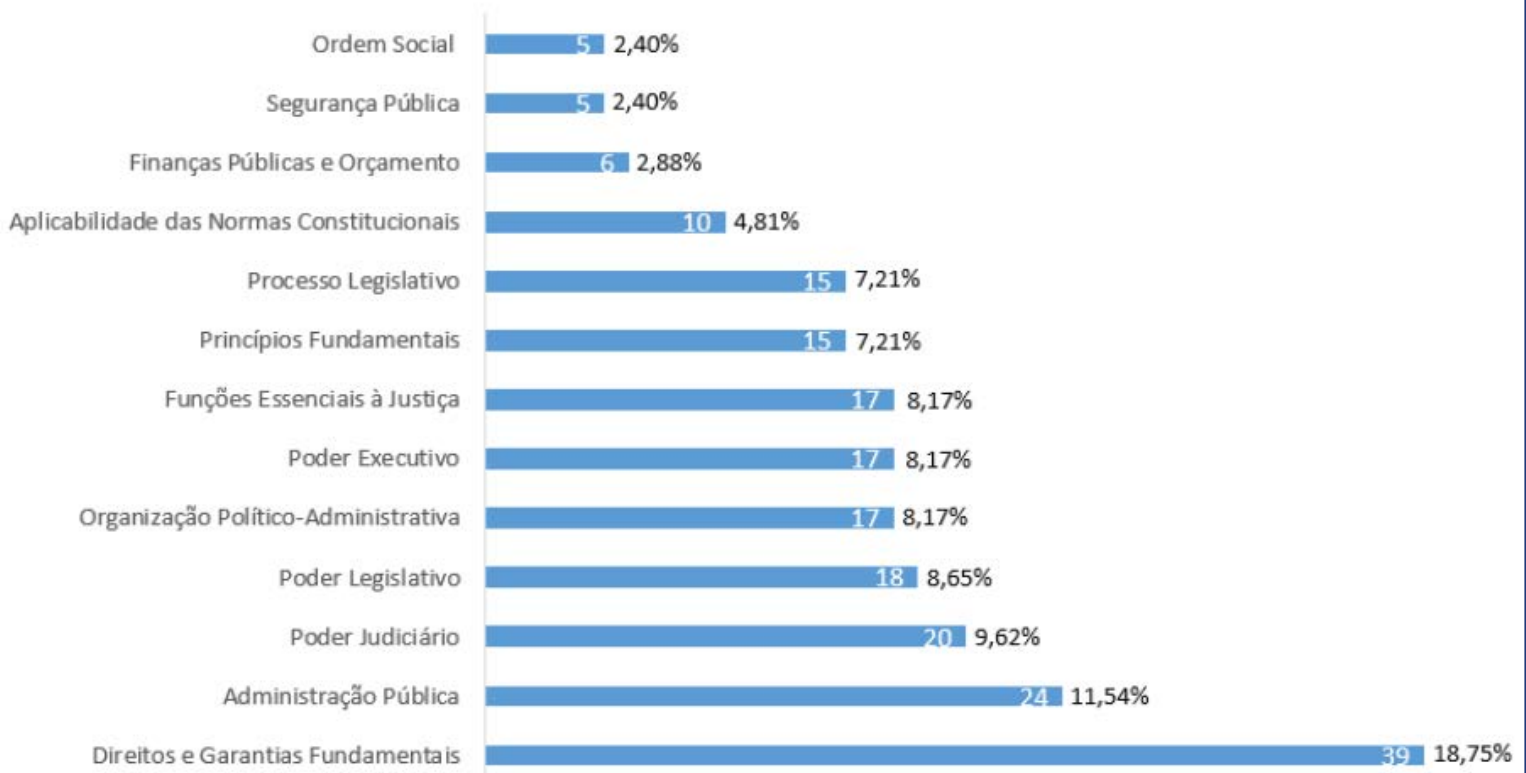
Provas/Ano Nível de escolaridade	Nº de itens	Questões Doutrinárias	Questões Literais (CF)	Questões Jurisprudenciais	Nível dificuldade da prova (0 a 10)
DPU/2015 – ANALISTA	11	3	7	1	5
DPU/2015 – ASSIST. ADM.	13	0	11	2	5
TRT8/2015 – ANALISTA	7 questões de múltipla escolha (35 itens)	12	22	1	7
TRT8/2015 – TÉCNICO	11 questões de múltipla escolha (55 itens)	0	55	0	5
TCU/2015 – AUDITOR	7	1	5	1	6
TCU/2015 – TÉCNICO	10	1	9	0	5
DPRF/2013 – AGENTE PRF	15	3	11	1	6
PCDF/2013 – ESCRIVÃO	15	0	13	2	6
PCDF/2013 – AGENTE	10	0	10	0	5
INSS/2016 – ANALISTA	7	0	7	0	5
INSS/2016 – TÉCNICO	7	3	3	1	6
DEPEN – AGENTE (SUP)	14	3	10	1	6
TJDFT/2015 – TÉCNICO	9	0	1	8	7
TOTAL	208	26	164	18	
PERCENTUAL		12,5%	78,85%	8,65%	

Para o relato de hoje, analisamos os seguintes concursos do Cespe/Cebraspe: DPU/2015 – Analista Técnico-Administrativo e Agente Administrativo; TRT 8ª Região/2015 – Analista e Técnico; TCU/2015 – Auditor e Técnico; Departamento da Polícia Rodoviária Federal/2013; PCDF/2013 – Agente e Escrivão; INSS/2016 – Analista e Técnico do Seguro Social; DEPEN – Agente; e TJDFT/2015 – Técnico Judiciário/Área Administrativa. Ou seja, examinamos, interpretamos e traduzimos nada menos do que 13 provas e 208 itens.

Vamos aos resultados de nossa investigação. Os assuntos mais cobrados em matéria de Direito Constitucional nessas provas foram: eficácia das normas constitucionais e princípios fundamentais (arts. 1º a 4º), direitos e garantias fundamentais (arts. 5º a 17), organização do Estado (arts. 18 a 33), Administração Pública (arts. 37 a 41), Poder Legislativo (arts. 44 a 58), Poder Executivo (arts. 84 a 86), Poder Judiciário (arts. 92 a 99 e 101 a 109), processo legislativo (arts. 59 a 69), funções essenciais à justiça (arts. 127 a 130), segurança pública (art. 144) e ordem social (arts. 193 a 232). Vale ressaltar que, em concursos para a área judiciária, além desses temas, costumam ser muito explorados também os seguintes: poder constituinte, conceito e classificação de Constituição e controle de constitucionalidade. Já nos concursos para a área fiscal e de controle, são bastante explorados os dispositivos sobre finanças públicas e orçamento e sobre o sistema tributário nacional. Também cabe uma observação: o concurso de Técnico do TJDFT é um ponto fora da curva no que tange certames para tribunais. Concursos para este tribunal tendem a ter um nível muito mais elevado, inclusive cobrando jurisprudência em provas de nível médio. É importante ter isso em mente caso o seu objetivo seja o próximo concurso do TJDFT.

Nas provas que analisamos, esses tópicos ficaram assim distribuídos:

Distribuição das questões por tópico

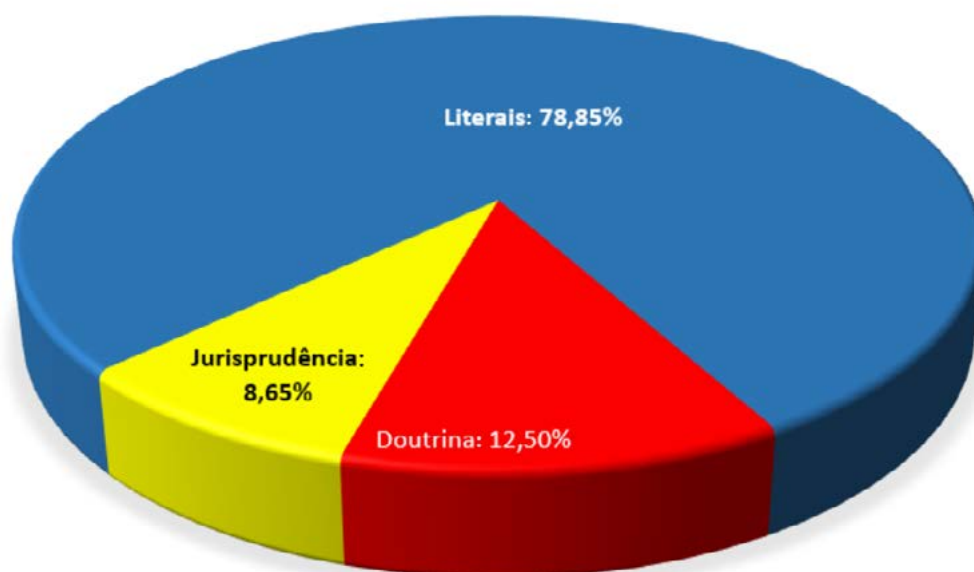


Obs.: as provas do TRT 8ª Região continham questões estilo múltipla escolha e por isso consideramos 5 itens para cada questão nessas provas.

- Direitos e Garantias Fundamentais – 39 itens (18,75%)
- Administração Pública – 24 itens (11,54%)
- Poder Judiciário – 20 itens (9,62%)
- Poder Legislativo – 18 itens (8,65%)
- Organização Político-Administrativa – 17 itens (8,17%)
- Princípios Fundamentais – 15 itens (7,21%)
- Poder Executivo – 17 itens (8,17%)
- Funções Essenciais à Justiça – 17 itens (8,17%)
- Processo Legislativo – 15 itens (7,21%)
- Aplicabilidade das Normas Constitucionais – 10 itens (4,81%)
- Finanças Públicas e Orçamento – 6 itens (2,88%)
- Segurança Pública – 5 itens (2,4%)
- Ordem Social – 5 itens (2,4%)

Quanto à natureza dos conteúdos cobrados, nossas conclusões foram as seguintes: dos 208 itens de nossa amostra, 26 versavam sobre assuntos abordados pelos principais doutrinadores constitucionalistas e 18 itens tratavam da jurisprudência mais recente dos nossos tribunais superiores, sobretudo do STF. No entanto, 164 itens foram pinçados da interpretação literal da nossa Constituição cidadã. Em outras palavras, amigo leitor, quase 80% dos itens que os candidatos tinham de avaliar como certos ou errados foram extraídos do que conhecemos como “lei seca”.

Natureza dos conteúdos



Confira agora alguns exemplos de itens de prova sobre o disposto na Constituição Federal de 1988 e a análise que fizemos deles:

No que se refere à organização político-administrativa do Estado, JULGUE OS ITENS:

É possível, mediante emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal, a criação de municípios nessa unidade da Federação, atendidos os princípios estabelecidos na CF.

REMISSÃO LEGAL – Art. 18, § 4º: “A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.”

Sendo o Brasil um Estado laico, é vedado aos entes federativos estabelecer cultos religiosos e igrejas ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, o que inclui a colaboração de interesse público.

REMISSÃO LEGAL – Art. 19: “É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I – estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;”

Note que, nesse caso, a prova do Cespe não cobrou exatamente o texto literal da Constituição Federal. Os itens transcritos não exigiam que o candidato soubesse de cor o texto constitucional, mas sem dúvida ele precisava conhecer bem os dispositivos para interpretá-los e acertar a resposta das questões. Como pudemos observar, o Cespe adora cobrar as ressalvas e as exceções previstas em nossa Lei Maior.

Algo digno de nota é o fato de 77% dos itens cobrados nos últimos certames do Cespe sobre a matéria Direito Constitucional terem sido extraídos da leitura dos capítulos sobre processo legislativo, poderes políticos, funções essenciais à justiça e tópicos abordados nos artigos 1º a 41 de nossa Lei Maior. Dito isso, fica a dica: faça pelo menos três leituras desses dispositivos, além de muitos resumos e da solução do maior número possível de questões sobre esses temas.

“Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas...”

Bem, caro leitor, é como reza o ensinamento que o filósofo e estrategista Sun Tzu legou à humanidade: “Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas..”

Esperamos que o assunto desta série de artigos lhe agrade e lhe seja útil. Em nosso próximo artigo, traduziremos a mesma banca, mas em relação ao que ela tem cobrado sobre Direito Administrativo. Para a empreitada, teremos a ajuda do nosso mestre Rodrigo Cardoso. Até lá, e bons estudos!



Wellington Antunes

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Wellington Antunes

Professor de Direito Constitucional, Licitações, Contratos e Convênios. Servidor efetivo do MPU. Aprovado para Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados/2014 (aguardando nomeação). Aprovado para Analista de Finanças e Controle da CGU (aguardando nomeação). Graduado em Administração Pública. Pós-graduado em Direito Administrativo no IDP (especialista). Instrutor interno do MPU (atuante na área de Licitações e Contratos, entre outras funções, pregoeiro, elaboração de editais, Projetos Básicos e Termos de Referência, instrução de processos de dispensa e de inexigibilidade)“.

DIREITO ADMINISTRATIVO

*“Decifra-me ou te devoro.”
(Da Esfinge para Édipo)*



Atendendo a pedidos, seguimos com a série *Quebrando a Banca Cespe/UnB*, em que procuramos decifrar essa que talvez seja a mais bem-conceituada e importante banca examinadora brasileira. No nosso primeiro artigo da série, analisamos provas recentes do Cespe para identificar o que ele cobra em matéria de Direito Constitucional e qual é a natureza das questões que elabora sobre essa disciplina ([Confira AQUI](#)). Nos próximos, seguiremos na árdua e laboriosa missão de destrinchar essa banca nas matérias Língua Portuguesa, Informática e Raciocínio Lógico-Matemático.

Hoje trataremos do Direito Administrativo, outra matéria básica cobrada nos concursos públicos.

Considerado por muitos professores e alunos um dos assuntos mais difíceis cobrados em concurso, o Direito Administrativo tem mesmo algumas características que dificultam seu estudo: ele não é codificado, compõe-se de inúmeras leis e atos normativos e se norteia por muitos princípios; sem contar que sofre alterações com frequência. Em resumo, o concurseiro precisa se esforçar muito para se manter atualizado e competitivo frente aos demais candidatos. A despeito de tudo isso, com a valiosa e competente ajuda do professor Rodrigo Cardoso e da talentosa equipe do blog do *Gran Cursos Online*, examinaremos, aqui, como o Cespe/UnB cobra os assuntos de Direito Administrativo nos mais disputados certames que organiza.

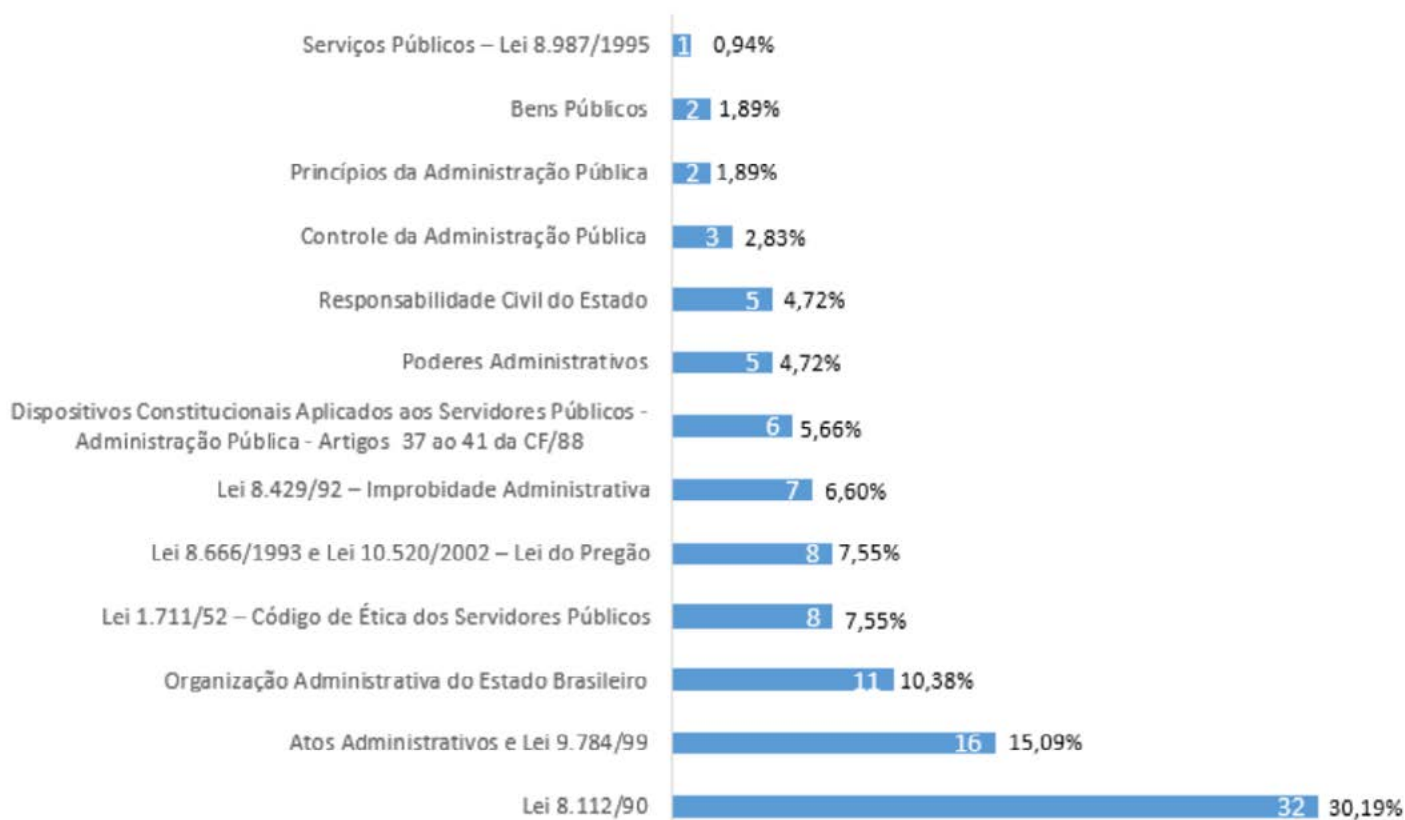
O que pretendemos com isso, amigo leitor? Apenas facilitar a sua vida. Queremos fornecer a você instrumentos que lhe permitam direcionar os estudos para os assuntos que são de fato mais explorados nas provas. Num primeiro momento, este trabalho em equipe será o empurrãozinho que faltava para você conquistar a estabilidade financeira e o sucesso profissional. Em última análise, ele também ajudará este nosso imenso Brasil a ter uma Administração Pública mais eficaz,

eficiente e efetiva, ou seja, totalmente voltada para Sua Excelência o Senhor cidadão-usuário de um serviço público de qualidade.

Para o relato de hoje, nos debruçamos sobre os seguintes concursos organizados pelo Cespe/Cebraspe: MPU/2015 (Técnico e Analista), PCDF/2013 (Agente e Escrivão), TCU/2015 (Auditor e Técnico), TJDFT/2015 (Técnico Judiciário/Área Administrativa) e INSS/2015 (Técnico do Seguro Social). Foram 8 provas e 106 itens que interpretamos ao longo dos últimos dias e agora lhe entregamos devidamente traduzidos. Esperamos que você faça bom uso das informações.

As primeiras conclusões a que chegamos em nossa análise diz respeito à distribuição dos temas mais cobrados nas provas. Tal distribuição foi a seguinte: dispositivos constitucionais aplicados aos servidores públicos – Administração Pública – arts. 37 a 41 da CF/1988: 6 itens; Lei 8.429/1992 – improbidade administrativa: 7 itens; poderes administrativos: 5f itens; Lei 8.112/1990: 32 itens; organização administrativa do Estado brasileiro: 11 itens; atos administrativos e Lei 9.784/1999: 16 itens; responsabilidade civil do Estado: 5 itens; controle da Administração Pública: 3 itens; Lei 1.711/1952 – Código de Ética dos Servidores Públicos; 8 itens; serviços públicos – Lei 8.987/1995: 1 item; Lei 8.666/1993 e Lei 10.520/2002 – Lei do Pregão: 8 itens; princípios da Administração Pública: 2 itens; e bens públicos: 2 itens.

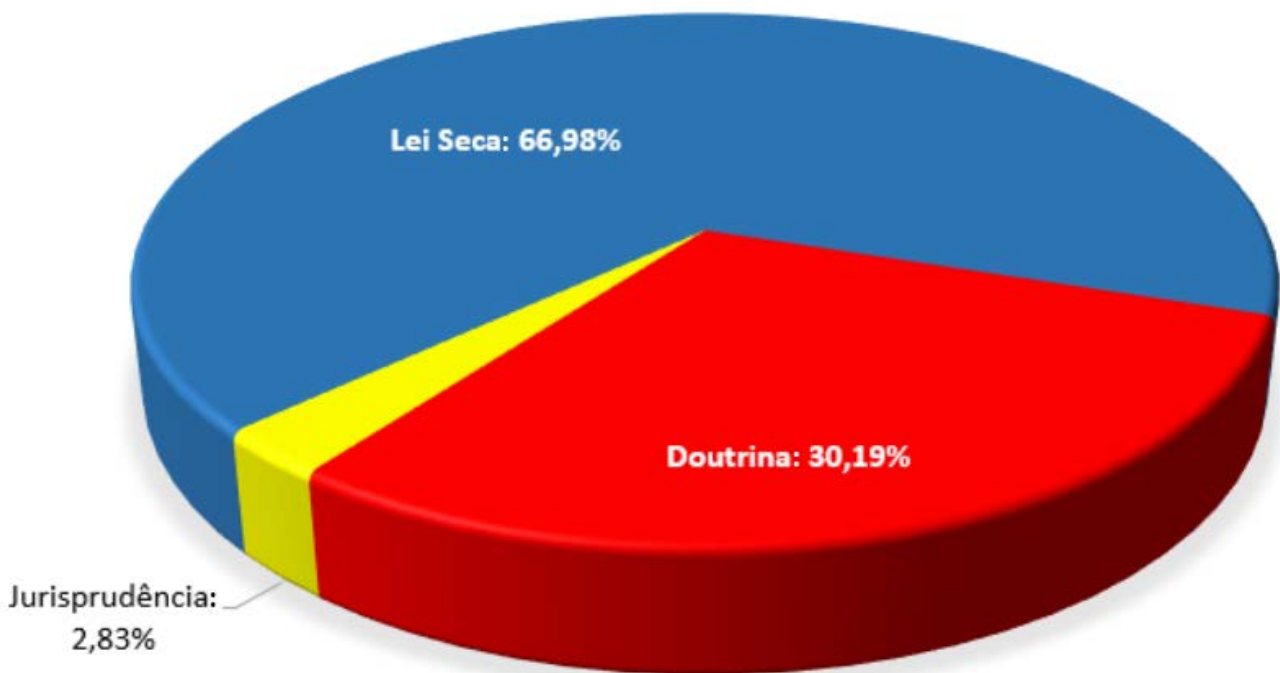
Distribuição das questões por tópico



Note que as leis básicas do Direito Administrativo (Leis 8.112/1990, 8.666/1993, 9.784/1999 e 8.429/1992) respondem por quase 60% de todos os itens abordados nas provas que coligimos como amostra. A bem da verdade, pode ser que, num dado concurso, a banca cobre apenas o disposto na Lei 8.112/1990. Isso ocorreu, por exemplo, no certame para Escrivão da PCDF. Ou a banca pode focar nos dispositivos da Lei 8.666/1993 e alterações, como vimos acontecer na prova para Técnico de Controle Externo do TCU, 42% dela dedicados à Lei das Licitações.

Quanto à natureza do conteúdo cobrado, percebemos que, dos 106 itens do tipo “certo ou errado” da nossa amostra, apenas 3 exigiam conhecimento sobre a jurisprudência mais recente dos tribunais superiores brasileiros, em especial do STJ, e 32 versavam sobre assuntos abordados pelos principais doutrinadores administrativistas. No entanto, 71 deles – quase 70% do total! – foram pinçados direto da letra das leis já citadas.

Natureza dos conteúdos



Veja alguns exemplos de itens que coletamos sobre o disposto na Lei 8.112/1990:

Julgue os itens subsecutivos conforme o disposto na Lei...

– Como medida que contribui para a melhoria da qualidade de vida do servidor público, é-lhe facultado optar pela acumulação de períodos de licença-capacitação, caso não seja possível usufruí-los após cada período aquisitivo.

REMISSÃO LEGAL: Art. 87, parágrafo único. Os períodos de licença de que trata o *caput* **não são cumulativos**.

– Em conformidade com a Lei n. 8.112/1990, o servidor público poderá ser afastado do Brasil para missão oficial por tempo indeterminado.

REMISSÃO LEGAL: Art. 95, § 1º: “**A ausência não excederá a 4 (quatro) anos**, e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.”

Analise bem esses exemplos e note que a banca não cobrou o texto literal, o que exigiria a memorização do estatuto. De fato, não é esse o estilo do Cespe, que, diferentemente de outras bancas, costuma exigir do candidato conhecimento sólido das leis e a interpretação delas. Fique atento a esse tipo de particularidade. É para perceber detalhes como esse que sempre enfatizamos a importância da resolução do maior número possível de questões de provas anteriores. O treino leva o candidato à retenção e ao domínio da técnica de feitura de provas e lhe confere segurança e rapidez na resolução da prova.

No artigo da próxima semana, abordaremos como a banca Cespe/UnB avalia os candidatos em relação a nossa língua portuguesa nos concursos que organiza. Para isso, teremos a ajuda do nosso mestre Elias Santana. Continue nos acompanhando que não o decepcionaremos.

Bons estudos e GRAN sucesso!



Rodrigo Cardoso

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Rodrigo Cardoso

Graduado em Direito pela Universidade Católica de Brasília e especialista em Direito Administrativo e Constitucional. Ministra aulas de Direito Administrativo há mais de 10 anos. Servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região. Coautor do livro “Direito Administrativo Simplificado” 6ª Edição. Palestrante.

LÍNGUA PORTUGUESA

"A língua... é uma ponte que te permite atravessar com segurança de um lugar para outro."

Arnold Wesker



Com aproximadamente 280 milhões de falantes em diversos países, a língua portuguesa, também conhecida simplesmente como "português", é o quinto idioma mais falado no mundo. Segundo dados estatísticos oficiais, fala-se português nos seguintes países, em ordem decrescente de número de falantes: Brasil, Moçambique, Angola, Portugal, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Guiné Equatorial, Macau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe.

Em matéria de concurso público, nossa língua-mãe sem dúvida é a disciplina mais cobrada em certames de todos os níveis. Mesmo que ela não seja formalmente parte do conteúdo programático, a proficiência no idioma pátrio é fundamental tanto para a aprovação no concurso como para o efetivo exercício de qualquer cargo público.

"Mesmo que ela não seja formalmente parte do conteúdo programático, a proficiência no idioma pátrio é fundamental tanto para a aprovação no concurso como para o efetivo exercício de qualquer cargo público."

Em vista disso, depois do [Direito Constitucional](#) e do [Direito Administrativo](#), chegou a hora de quebrarmos a banca Cespe/UnB no que diz respeito às provas de Língua Portuguesa. Depois de uma minuciosa análise que nosso mestre Elias Santana fez de doze provas recentes, conseguimos decifrar como essa importante disciplina é cobrada nos concursos do Cespe. Agora você só terá o trabalho de ler nossas conclusões e transformar essas informações no diferencial que lhe faltava para garantir o desempenho definitivo no próximo concurso que enfrentar.

Os concursos objeto de nossa análise foram: DPU/2015 – Analista; DPU/2015 – Assistente Administrativo; TCU/2015 – Auditor; TCU/2015 – Técnico; DPRF/2013 – Agente PRF; PCDF/2013 – Escrivão; PCDF/2013 – Agente; INSS/2016 – Analista;

INSS/2016 – Técnico; DEPEN/2015 – Agente; TJDF/2015 – Analista Judiciário; e TJDFT/2015 – Técnico.

Logo no primeiro levantamento, coletamos os seguintes dados, relativos à distribuição dos 224 itens que examinamos: 90 deles (40%) consistiam em questões de interpretação e compreensão de textos; 81 (36%) eram itens sobre gramática; 27 (12%) tratavam de reescrita textual; e 26 (12%) versavam sobre redação oficial, conteúdo extraído diretamente do Manual de Redação da Presidência da República.

Natureza do conteúdo



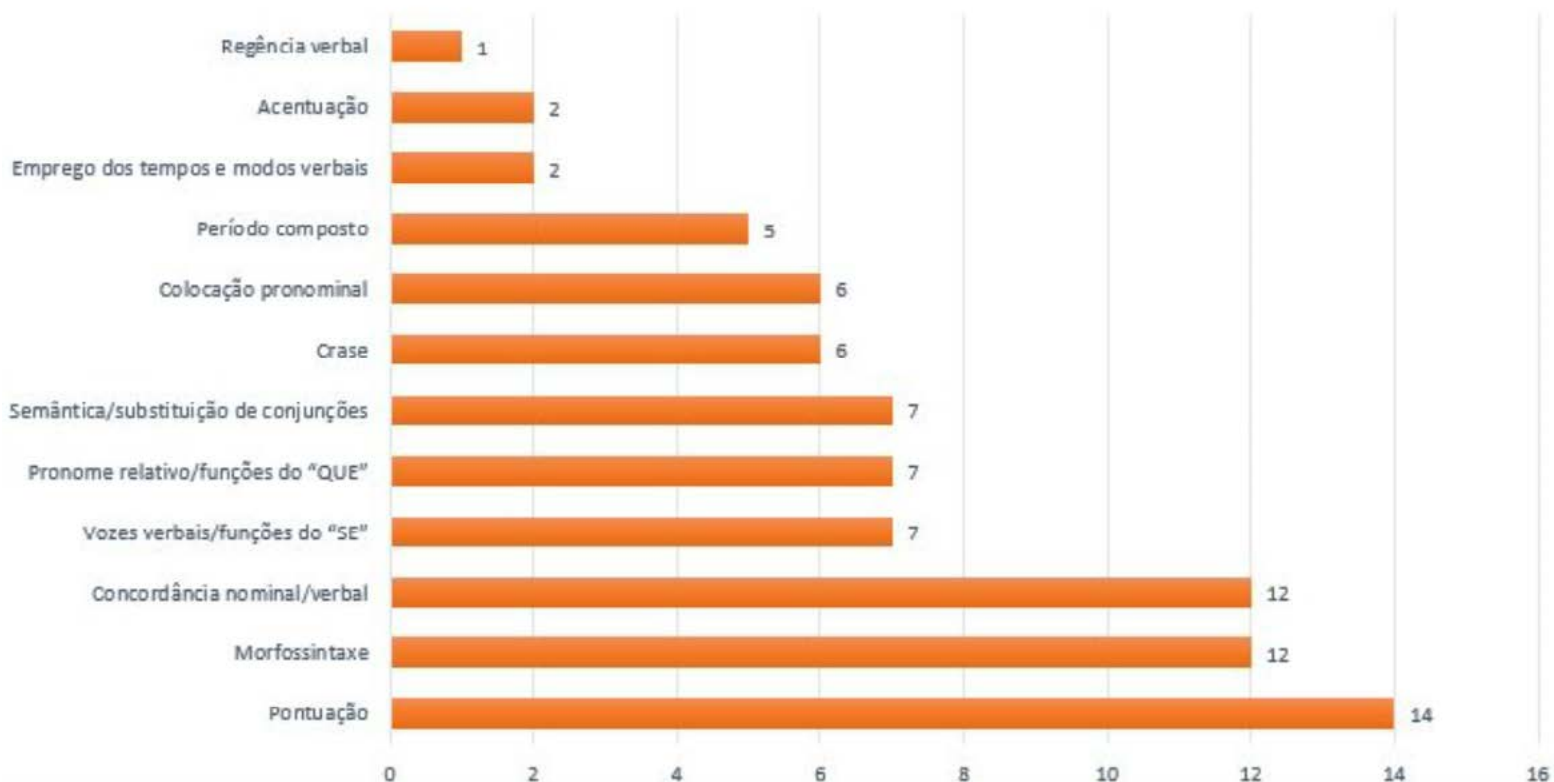
Depois de observar mais detidamente as questões, pudemos concluir que a competência mais valorizada pelo Cespe é mesmo a de análise e compreensão de textos (a maioria das questões versavam sobre isso, diga-se de passagem). Mas a banca também avalia os conhecimentos dos concorrentes sobre coesão textual, tipologia dos textos e significação das palavras nos diversos contextos dados. Já em relação ao que ela cobra de gramática, observamos pouca prescrição (nomenclatura técnica e metalinguagem). Percebemos que, em geral, as questões exigem do candidato a descrição do fenômeno gramatical apresentado em determinados trechos do texto-base.

“Em síntese, podemos afirmar que a banca Cespe/Cebraspe costuma equilibrar itens sobre gramática e sobre texto nos concursos que organiza. Além disso, é correto dizer que, em termos absolutos, nas provas dessa banca questões de reescrita são mais frequentes do que sobre redação oficial, embora em nossa amostra elas estivessem tecnicamente empatadas.”

Em nosso escopo de questões sobre reescritura, foi possível separar as questões entre as que se restringiam a tópicos sobre teoria textual e aquelas cujos assuntos tangenciavam também conhecimentos de gramática. No fim, constatamos que uma quantidade significativa delas estava ligada a noções de gramática. Em síntese, podemos afirmar que a banca Cespe/Cebraspe costuma equilibrar itens sobre gramática e sobre texto nos concursos que organiza. Além disso, é correto dizer que, em termos absolutos, nas provas dessa banca questões de reescritura são mais frequentes do que sobre redação oficial, embora em nossa amostra elas estivessem tecnicamente empatadas.

Também destrinchamos as provas para descobrir em que proporção as regras gramaticais foram cobradas. Constatamos que, dos 81 itens do tipo “certo ou errado”, 12 (15% do total) tratavam de morfossintaxe; outros 12 (novamente 15%), de concordância nominal e verbal; 14 (17%), de pontuação; 7 (9%), de vozes verbais e das funções do “se”; 6 (7%), de crase; 5 (6%), de período composto; 6 (7%), de colocação pronominal; 2 (2,5%), de emprego dos tempos e modos verbais; 7 (9%), de semântica e de substituição de conjunções; 2 (2,5%), de acentuação gráfica; e apenas 1 (1%), de regência verbal. Identificamos, ainda, algumas questões que ao mesmo tempo tratavam das funções do “se” e das regras de concordância verbal.

Questões por tópico



ANÁLISE SISTEMÁTICA

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA EM PROVAS DO CEBRASPE

PROVAS/ANO/NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Nº ITENS	TEXTO	GRAMÁTICA	REESCRITURA	REDAÇÃO OFICIAL
DPU/2015 – Analista	20	10	8	2	0
DPU/2015 – Assist. Adm.	14	6	6	2	0
TCU/2015 - Auditor	15	2	8	2	3
TCU/2015 - Técnico	22	12	6	4	0
DPRF/2013 – Agente PRF	15	6	7	2	0
PCDF/2013 - Escrivão	19	8	6	3	2
PCDF/2013 - Agente	23	7	7	6	3
INSS/2016 - Analista	14	5	5	1	2
INSS/2016 - Técnico	15	9	5	0	1
DEPEN – Agente (Sup)	15	3	6	1	5
TJDFT/2015 – Analista Jud.	26	12	8	1	5
TJDFT/2015 - Técnico	26	10	8	3	5

Questões por assunto

- | | | |
|-------------------------------------|---|---|
| 1. Morfossintaxe: 12 | 5. Pronome relativo/funções do “QUE”: 7 | 9. Emprego dos tempos e modos verbais: 2 |
| 2. Concordância nominal/verbal: 12 | 6. Crase: 6 | 10. Semântica/substituição de conjunções: 7 |
| 3. Pontuação: 14 | 7. Período composto: 5 | 11. Acentuação: 2 |
| 4. Vozes verbais/funções do “SE”: 7 | 8. Colocação pronominal: 6 | 12. Regência verbal: 1 |

Obs: Existem questões de funções do “SE” que envolvem concordância verbal.

Obs1: Em texto, estão incluídas questões que versam sobre análise de textos (a maioria), coesão, tipologia textual e significado das palavras no texto.

Obs2: Em gramática, observa-se pouca prescrição gramatical (nomenclaturas técnicas). Em geral, as questões exigem do candidato a descrição do fenômeno gramatical apresentado em um determinado trecho do texto.

Obs3: As questões de reescritura estão separadas por cobrarem gramática e texto no mesmo item. Uma quantidade significativa delas está ligada a gramática.

Obs4: Em geral, a banca equilibra gramática e texto.

Obs5: em termos absolutos, questões de reescritura são mais frequentes nessa banca que redação oficial.

Em resumo, caro leitor, note que nas provas de Língua Portuguesa o examinador cobra apenas três dos assuntos abordados pelas gramáticas: morfologia, sintaxe e semântica. No mais, você precisa estar bem-preparado para interpretar e produzir textos. Fácil, não é? Brincadeira de criança!

Agora que você já compreendeu que a prova de Língua Portuguesa do Cespe/UnB, embora seja muito importante, não é nenhum bicho de sete cabeças, vamos ficando por aqui. No artigo da próxima semana, mostraremos como essa banca avalia os candidatos em relação à Informática. Teremos a ajuda do nosso professor Maurício Franceschini. Continuemos juntos nesta missão de traduzir em números, dados, informações e gráficos os conteúdos cobrados nos recentes exames da mais conceituada banca examinadora brasileira.

Até a próxima.

*“A língua portuguesa é um verdadeiro desafio para quem escreve. Sobre-
tudo para quem escreve tirando das coisas e das pessoas a primeira capa de
superficialismo.”*
Clarice Lispector



Elias Santana

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Elias Santana

Licenciado em Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura – pela Universidade de Brasília. Possui mestrado, pela mesma instituição, na área de concentração “Gramática – Teoria e Análise”, com enfoque em ensino de gramática. Foi servidor da Secretaria de Educação do DF, além de professor em vários colégios e cursos preparatórios. Ministra aulas de gramática, redação discursiva e interpretação de textos. Ademais, é escritor, com uma obra literária já publicada e, por essa razão, recebeu Moção de Louvor da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

"A matemática é a única ciência exata em que nunca se sabe do que se está falando nem se aquilo que se diz é verdadeiro."
(Bertrand Russell)

Com este artigo, em que analisaremos o tema Raciocínio Lógico-Matemático, chegamos ao fim da série "Quebrando a Banca Cespe/UnB". Ufa! Como você que nos acompanha sabe, ao longo das últimas semanas vínhamos destrinchando a



forma como essa que é uma das mais tradicionais organizadoras de concursos no Brasil costuma cobrar os assuntos das disciplinas básicas dos certames.

A matéria Raciocínio Lógico-Matemático tem estado presente em praticamente todos os concursos públicos que exigem como grau de escolaridade o ensino médio e em muito certames de nível superior. É um bicho-papão para a maioria dos concurseiros, que fogem de editais que incluem essa disciplina no programa como o diabo foge da cruz. Isso faz algum sentido, na

medida em que não se estuda Raciocínio Lógico ou Matemática da mesma forma que se estudam disciplinas como [Direito Constitucional](#), [Direito Administrativo](#), [Língua Portuguesa](#) ou [Informática](#) por exemplo. É fato: preparar-se em Raciocínio Lógico-Matemático (RLM) exige cuidado especialíssimo, além de ferramentas muito peculiares e da elaboração de problemas mentais bem diferentes daqueles aos quais um concurseiro está acostumado.

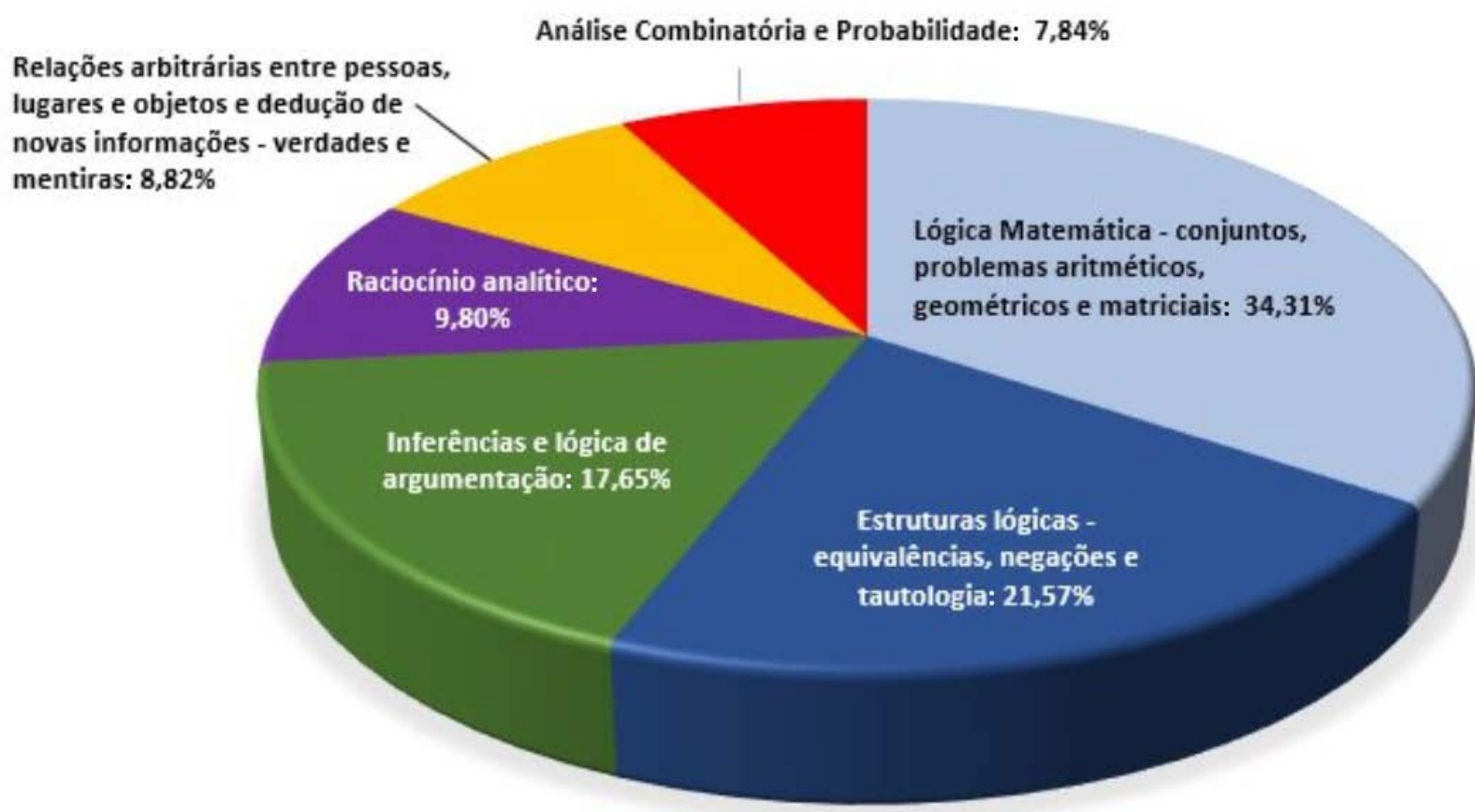
O estudo da lógica é o estudo dos métodos e princípios que permitem distinguir o raciocínio correto do incorreto; aquilo que "tem lógica" daquilo que não tem; o que é verdadeiro do que é incorreto (falácia). A verdadeira mãe de toda a preparação, quando o tema é raciocínio lógico matemático, é a senhora prática. E o verdadeiro desafio para os concurseiros é obter no dia "D" as respostas certas no menor tempo possível. Então, mais uma vez fica a dica: pratique, pratique, pratique... e, quando não estiver praticando, volte a praticar!

Para apresentar os números que em seguida serão traduzidos em um gráfico, consultamos doze provas de certames aplicados nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016. Foram eles: DPU – Analista e Assistente Administrativo, TCU – Auditor, MPU – TI e Comunicação, DPRF – Agente, PCDF – Escrivão e Agente de Polícia, INSS – Técnico, DEPEN – Agente, Funpresp – Analista e PF – Agente.

O nosso colaborador para a produção deste artigo foi o professor Josimar Padilha. Logo de início, quanto ao grau de dificuldade, nosso mestre classificou as provas da DPU – Analista, do TCU, do DPRF e da Funpresp como “MUITO DIFÍCIS” e as provas da DPU – Assistente, da PCDF – Agente e Escrivão, do INSS – Analista, do DEPEN e da PF como “DIFÍCIS”. Apenas a prova para o MPU foi considerada “MUITO FÁCIL” por ele.

Os 102 itens cobrados sobre RLM estavam assim distribuídos nas provas:

Distribuição de questões por tópico



Estruturas Lógicas – equivalências, negações e tautologia – 22 questões (21,57% da amostra); Inferências e Lógica de Argumentação – 18 itens (17,65%); Análise Combinatória e Probabilidade – 8 itens (7,84%); Lógica Matemática – conjuntos, problemas aritméticos, geométricos e matriciais – 35 itens (34,31%);

Relações arbitrárias entre pessoas, lugares e objetos e dedução de novas informações – verdades e mentiras – 9 itens (8,82%); e Raciocínio Analítico – 10 itens (9,80%).

Agora uma informação que é do interesse sobretudo dos concurseiros que se dedicam às carreiras de segurança pública: nas provas para vagas nessa área, a importância da matéria RLM tem aumentado bastante. Notamos que é nelas que cai o maior número de itens sobre RLM. A prova com o maior número de questões da matéria foi a da PCDF – Agente, com 15 itens. Já as com menos itens sobre essa disciplina foram as provas do TCU e do INSS, com apenas 5 itens cada uma.

É isso, caro aluno. Estamos convencidos de que com esta série de artigos pudemos oferecer uma análise de grande valia para aqueles que estão na “fila” da preparação para concursos e sonham com a estabilidade financeira em um cargo público.

Faremos uma breve pausa na próxima semana, quando publicaremos um artigo motivacional com dicas sobre o que um concurseiro nunca deve fazer. Já na semana seguinte, iniciaremos a série “Quebrando a Banca FCC”. Com isso, estaremos atendendo a inúmeros pedidos dos nossos amigos leitores, assíduos seguidores do nosso blog e fãs das nossas páginas.

Bons estudos e GRAN sucesso,

“Um sábio nunca diz tudo o que pensa, mas pensa sempre tudo o que diz.”
(Aristóteles)



Josimar Padilha

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Josimar Padilha

Professor do Gran Cursos Online. Ministra aulas presenciais, telepresenciais e online de Matemática Básica, Raciocínio Lógico, Matemática Financeira e Estatística para processos seletivos em concursos públicos estaduais e federais. Professor de Matemática e Raciocínio Lógico em várias faculdades do Distrito Federal. Servidor público há mais de 20 anos. Autor de diversas obras. Palestrante.

INFORMÁTICA

Continuando a nossa missão hercúlea de traduzir como a conceituada banca Cespe/Cebraspe tem abordado os conteúdos das matérias básicas nos principais certames por ela organizados, trataremos, no artigo de hoje, da prova de



Informática, com o auxílio do nosso mestre no assunto, Maurício Franceschini. Faremos uma análise sistemática dos itens cobrados em alguns dos mais recentes concursos, em busca de quantificá-los e de distribuí-los entre os principais tópicos da matéria. Em seguida, apontaremos quais desses assuntos consideramos de maior relevância e merecedores de atenção especial na hora em que você for elaborar o seu plano de estudos.

Já ouvimos muitos relatos de candidatos que zeraram a prova de Informática ou ficaram devendo pontos por causa dela. Nas provas do Cespe, isso é possível porque, como você já deve saber, uma questão errada anula uma certa. Logo, fica devendo pontos o candidato que obtém nota negativa em qualquer uma das provas do concurso.

“Os concursos exigem muito mais do que conhecimento prático e superficial em toda e qualquer matéria cobrada.”

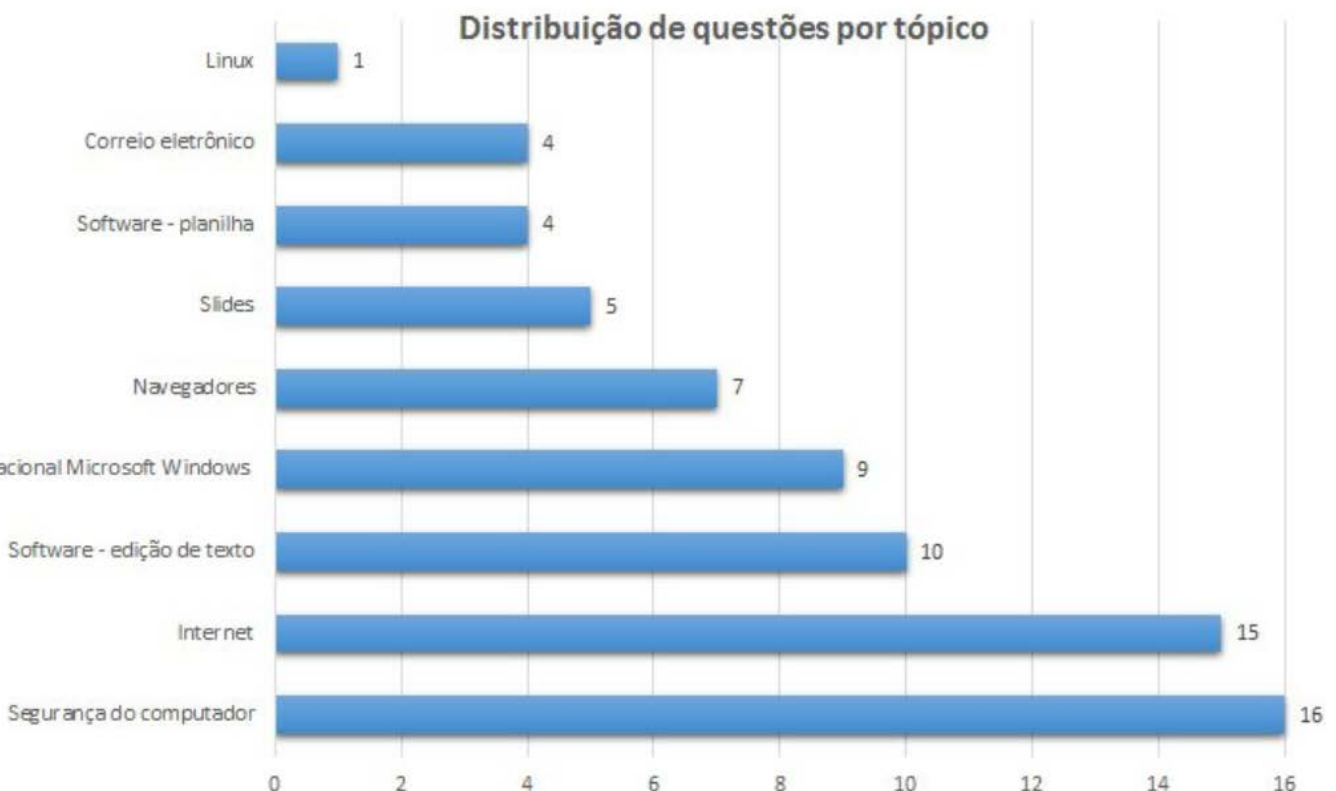
Infelizmente, o “ficar devendo” é bem comum em Informática, pelo simples fato de que os concurseiros não costumam dar a devida atenção ao estudo dessa matéria. Eles entendem que, como “se viram bem” na frente do computador, já conhecem os conteúdos de forma abrangente. Erro crasso. Os concursos exigem muito mais do que conhecimento prático e superficial em toda e qualquer matéria cobrada. No caso de Informática, as provas vêm recheadas de termos técnicos e se caracterizam pela abordagem bastante aprofundada dos assuntos. As questões avaliam o conhecimento do candidato principalmente sobre quais são as ferramentas da área, mas os concorrentes também devem estar preparados para responder itens acerca dos nomes técnicos dessas ferramentas, de seus menus e de sua utilidade prática.

“Veja como os conceitos se aplicam no uso efetivo da máquina; note como e para que os comandos funcionam em cada situação. Depois, resolva o maior número possível de questões de provas de certames anteriores.”

Em outras palavras, quando se trata da prova de Informática, o examinador desce ao detalhe, às especificidades da matéria. Por isso, uma recomendação: depois de ter estudado a teoria sobre os temas que apresentaremos a seguir, procure explorar um pouco mais o seu próprio computador e ponha em prática a teoria recém-estudada. Veja como os conceitos se aplicam no uso efetivo da máquina; note como e para que os comandos funcionam em cada situação. Depois, resolva o maior número possível de questões de provas de certames anteriores. Não nos cansamos de dar esse conselho, para que o candidato nunca seja pego de surpresa. Acredite: isso lhe conferirá mais conhecimento sobre o assunto e mais segurança no próximo concurso.

Nos artigos anteriores desta série, fizemos a análise estatística e técnica de provas recentes sobre Direito Constitucional ([leia aqui](#)), Direito Administrativo ([leia aqui](#)) e Língua Portuguesa ([leia aqui](#)). Já para organizar o conteúdo de Informática que ora lhe apresentamos, analisamos provas aplicadas especificamente em 2014, 2015 e 2016. Foram 9 no total, das quais coletamos 71 itens assim distribuídos: 15 (21% do total) questões sobre internet; 16 (23%) questões sobre segurança do computador; 9 (13%) questões sobre o sistema operacional Microsoft Windows e 1 (apenas uma!) questão sobre o Linux; 10 (14%) questões sobre *software* editor de texto; 4 (5,6%) questões sobre *software* de planilha; 5 (7%) questões sobre *slides*; 4 (5,6%) questões sobre correio eletrônico; e 7 (10%) questões sobre o tema navegadores.

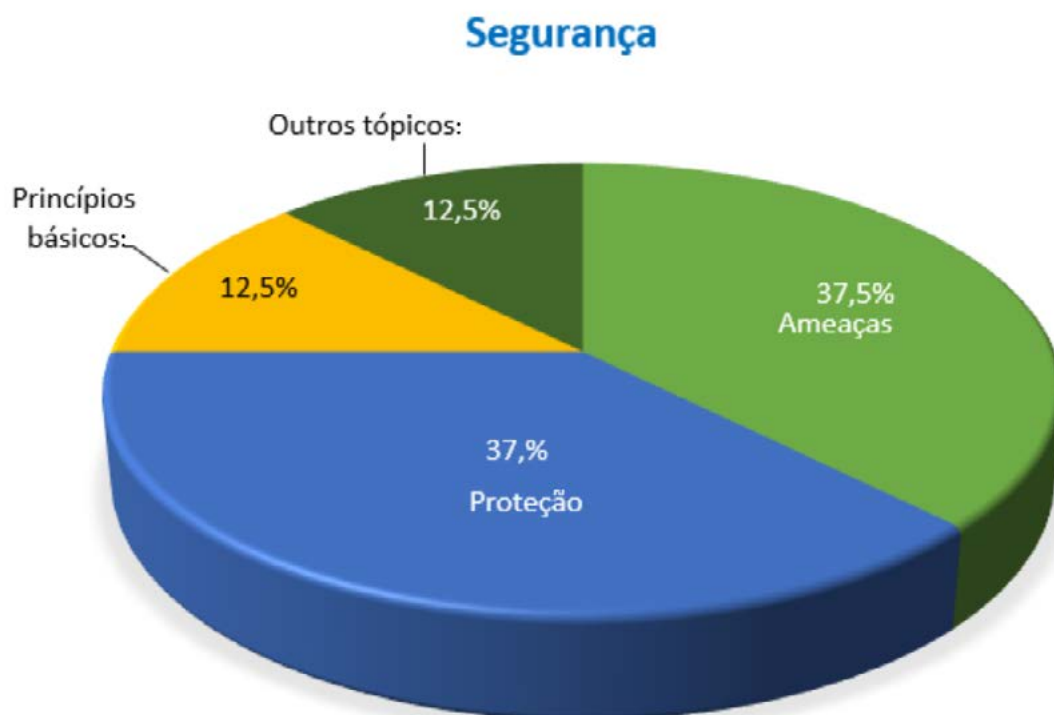
Distribuição de questões por tópico



Os grandes ou mais relevantes temas podem ser assim fatiados: dos 15 itens sobre *internet*, 6 versavam sobre protocolos, 4 sobre computação na nuvem, 1 sobre equipamentos de conexão e 4 sobre outros tópicos.

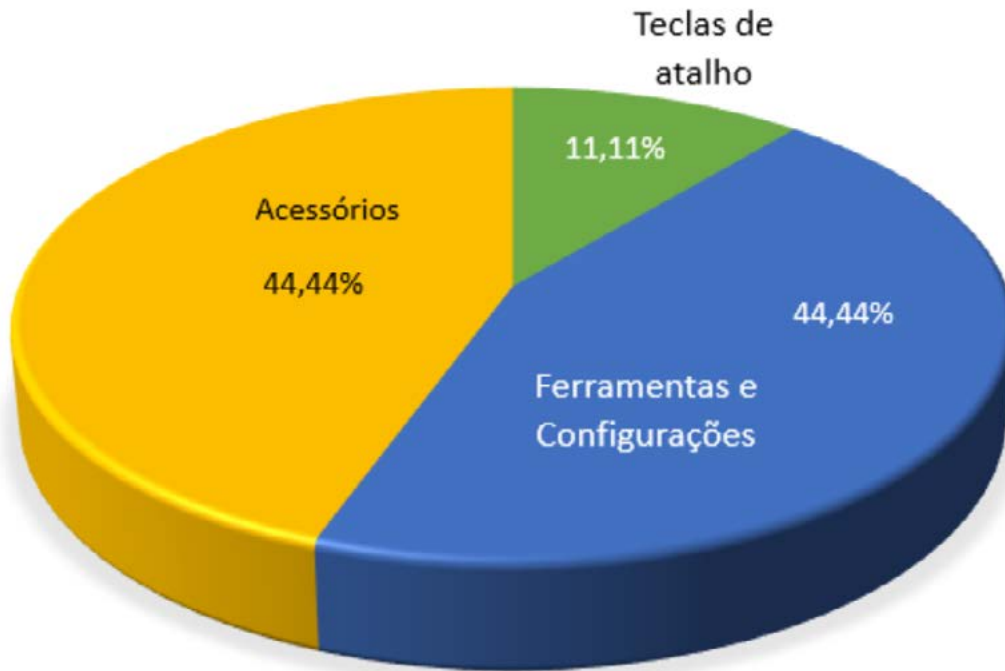


Dos 16 itens sobre segurança, 2 tratavam de princípios básicos, 6 de ameaças, 6 de proteção e 2 de outros tópicos.



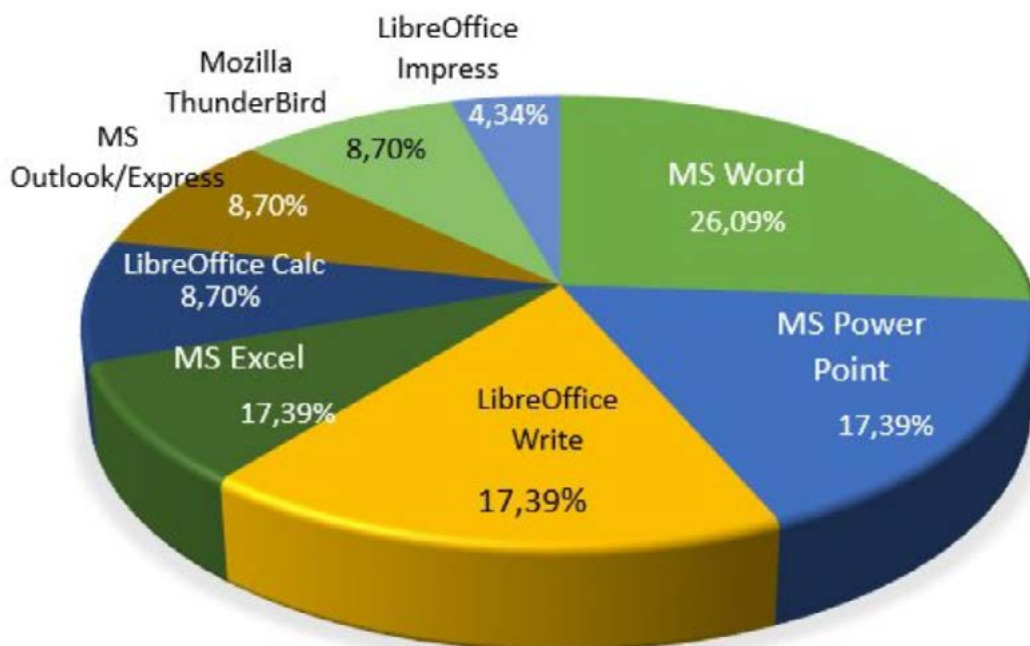
Das 9 questões sobre Microsoft Windows, 1 falava de teclas de atalho, 4 de ferramentas e configurações e 4 de acessórios.

Windows

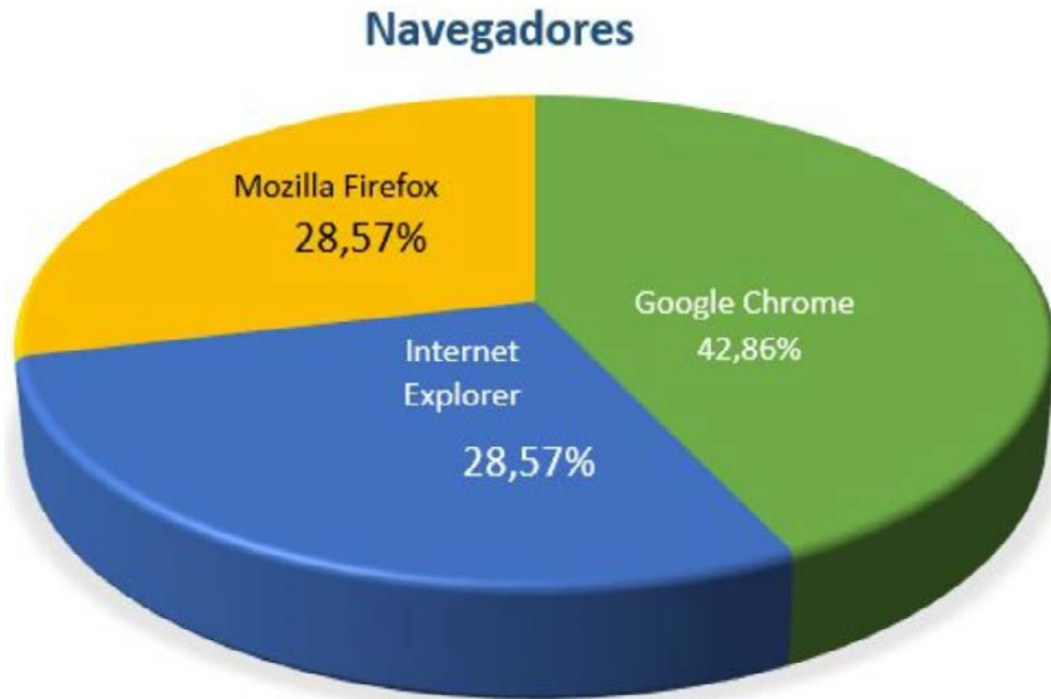


Das 23 questões sobre *softwares* aplicativos, 6 abordavam especificamente o MS Word, 2 o MS Excel, 4 o MS PowerPoint, 4 o LibreOffice Writer, 2 o LibreOffice Calc, 1 o LibreOffice Impress, 2 o MS Outlook/Express e 2 o Mozilla ThunderBird.

Softwares e aplicativos



Por fim, das 7 questões sobre navegadores, 2 abordavam o Internet Explorer, 2 o Mozilla Firefox e 3 o Google Chrome.



De forma objetiva e sucinta, eis aí um norte para você organizar os estudos sobre essa importante disciplina. O bom conhecimento sobre ela será útil tanto para o bom desempenho no concurso dos seus sonhos quanto, mais tarde, para o seu dia a dia como servidor público.

Sabemos, amigo concurseiro, que hoje os concursos estão muito disputados, de modo que ter ou não atenção aos detalhes pode ser determinante para colocar o seu nome na lista dos aprovados e classificados ou para deixá-lo na lista de desclassificados, inaptos ou de cadastro de reserva. Vamos aqui tentando ajudar você a ser mais competitivo, até conseguir se tornar servidor do público na carreira para a qual você se sente mais vocacionado.

É isso por hoje. Na próxima oportunidade, abordaremos – ou quebraremos, ou traduziremos; como queira –, os concursos do Cespe quanto à disciplina Raciocínio Lógico Matemático.

“Meus filhos terão computadores, sim; mas antes terão livros. Sem livros, sem leitura, os nossos filhos serão incapazes de escrever – inclusive a sua própria história.”
(Bill Gates)



Maurício Franceschini

COLABORAÇÃO TÉCNICA

Maurício Franceschini

Servidor público do TJDFT desde 1999, atuando como supervisor de informática desde 2003. Graduado em Ciência da Computação pela UnB e mestrando também pela UNB. É professor de informática para concursos, ministrando também algumas disciplinas da área de TI, com experiência em várias instituições renomadas.



Obrigado
pela leitura e
confiança!

Acompanhe, em nosso blog, novas postagens
semanais de artigos e mensagens.

Bons estudos e conte **SEMPRE** conosco!